

para incorporação aos anteprojetos a serem submetidos ao Congresso Nacional. O Conselho Nacional de Política Penitenciária congregou competentes especialistas dentre os que se notabilizaram no estudo dos temas penais, com o objetivo de encontrar soluções para os desafios da violência e da criminalidade, da lentidão judicial e dos maus resultados da aplicação da pena. Respondendo ao apelo para que foram convocados, os participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária fixaram pontos importantes para a definição dos rumos de uma política nacional em matéria penal e penitenciária. Os problemas do crime e da pena, as formas de procedimento, as questões da execução penal, com a formação e profissionalização de administradores e agentes penitenciários, foram objeto da meditação e de trabalhos de técnicos e estudiosos vindos de todos os recantos do País, para um encontro que passa a fazer parte da história do Direito Penal Brasileiro, como um marco da maior significação. O Primeiro Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária estabeleceu, em resumo, estes princípios e conclusões: 1 - Em seu aspecto geral, os anteprojetos constituem um avanço importante da legislação penal brasileira. 2 - Como elementos fundamentais da reforma, devem coexistir harmonicamente a preocupação maior da defesa dos bens jurídicos e interesses sociais e a preservação dos direitos e garantias individuais. 3 - O aumento dos índices de criminalidade, como fenômeno social característico de nossa época, mostra a necessidade da adoção de uma estratégia global e programática, com vistas ao controle objetivo dessa criminalidade, para reduzi-la a limites toleráveis à convivência social, especialmente no que toca ao problema da violência, em todos os seus planos e formas de manifestação. 4 - Ao exame da realidade do comportamento delituoso, evidencia-se a conveniência de seguir no seu controle uma metodologia adequada e compatível com os avanços científicos da atualidade e com a conquista do Estado democrático de Direito. 5 - Diante do estágio atual da pesquisa criminológica e da realidade penitenciária, reconhece-se que a pena privativa da liberdade não preenche mais a função de instrumento único para limitar a incidência dos delitos. Salvo nos casos mais graves e para os reincidentes, quando não haja outra forma de reação social, a privação da liberdade deve ser substituída por medidas de outra índole, que não impliquem na segregação do agente, de seu meio social. 6 - A reforma deve dotar a legislação de mecanismos eficazes à prevenção do delito, sem o emprego sistemático da privação da liberdade. Nesse contexto, ganham relevo, na área penal, a pena pecuniária, a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos e a limitação de fim de semana; e, na área processual, as restrições de direitos, substitutivas da prisão provisória. Igualmente, é aconselhável e indicada a ampliação da suspensão condicional da pena e de outras formas de liberdade sob vigilância, bem como a regulamentação do perdão judicial. 7 - A culpabilidade deve ser o fundamento e a medida da responsabilidade penal. 8 - O Código Penal há de ser aplicado num conjunto orgânico, ao lado do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal. Deve-se, ainda, agregar a essa reforma o aprimoramento urgente dos órgãos encarregados da administração da justiça e dos estabelecimentos penais, no quadro de uma bem definida política criminal e penitenciária, de âmbito nacional. 9 - Tendo em vista os princípios da reforma, evidencia-se, em matéria processual, uma gama considerável de inovações, na amplitude do direito de

defesa, na simplificação do procedimento, na rapidez da prestação jurisdicional, na criação de juizados especiais para o pronto julgamento das causas de menor relevância e na manutenção e aperfeiçoamento da instituição do Júri. 10 - Síntese de um momento culminante na história da reforma penal e penitenciária do Brasil, esta "Carta de Princípios" é uma afirmação de propósitos e objetivos.

Democraticamente reunidos, os participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária deram a contribuição de sua inteligência, de sua cultura e de seu patriotismo, para enfrentar os desafios que envolvem a justiça penal, a prevenção da criminalidade, a defesa dos interesses sociais, a garantia dos direitos humanos, de modo a eliminar da execução penal o "há-

to da legalidade em que se encontra". Merecendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva

Ministério do Exército

GABINETE DO MINISTRO

Portaria Ministerial nº 1.182, de 12 de novembro de 1981

Dá novos indicativos a Instruções Gerais

O Ministro de Estado do Exército, de acordo com a letra c. do nº 3 do Anexo A às Instruções Gerais para as Publicações do Ministério do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 1.335, de 04 de setembro de 1975,

R E S O L V E:

Atribuir os seguintes indicativos às Instruções Gerais abaixo citadas:

- IG 10-42 - Instruções Gerais para a Correspondência no Ministério do Exército (Portarias Ministeriais nº 323, de 14 de março de 1975, e nº 3.182, de 20 de dezembro de 1978).

- IG 10-43 - Instruções Gerais para as Publicações do Ministério do Exército (Portaria Ministerial nº 1.335, de 04 de setembro de 1975).

- IG 10-45 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Serviço de Saúde em Tempo de Paz (Portaria Ministerial nº 1.703, de 27 de setembro de 1963).

- IG 10-46 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Serviço de Intendência em Tempo de Paz (Portarias Ministeriais nº 1.217-GB, de 05 de junho de 1962; nº 2.038-GB, de 05 de outubro de 1962; nº 1.089-GB, de 25 de junho de 1963; nº 1.018-GB, de 19 de maio de 1964; nº 392-GB, de 25 de novembro de 1966; nº 417-GB, de 26 de dezembro de 1967; nº 252-GB, de 11 de julho de 1968; nº 17-GB, de 16 de janeiro de 1968).

Gen Ex WALTER PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE
Ministro do Exército

Portaria Ministerial nº 1.183, de 12 de novembro de 1981
Atribui indicativos a Regulamentos

O Ministro de Estado do Exército, de acordo com o que dispõem o Art 44, o Art 52 e o nº 1 do Anexo A das Instruções Gerais para as Publicações do Ministério do Exército (IGPMEx), aprovadas pela Portaria Ministerial nº 1.335, de 04 de setembro de 1975, e tendo em vista o que propõe o Estado-Maior do Exército,

R E S O L V E:

Atribuir os indicativos abaixo aos Regulamentos que se seguem:

- R-32 - Regulamento da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (Port Min nº 179-GB, de 03 Mai 66).